

# DA INÉRCIA À POSSIBILIDADE: OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA FRENTE ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

## FROM INERTIA TO THE POSSIBLE: THE CHALLENGES OF TEACHING WHILE TAKING INTO ACCOUNT GENDER AND SEXUALITY ISSUES

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v21n1p37-49

### Resumo

Trata-se de uma abordagem teórica sobre a temática da homossexualidade. Objetiva-se a construção de uma reflexão sobre o papel da escola na tratativa de questões atinentes aos estudos de gênero e sexualidade. Com isto, pretende-se aproximar os professores ao tema e, conseqüentemente, proporcionar outras reflexões com relação aos estudantes homossexuais. Discutir-se-á o conceito de homossexualidade, abordando questões como a da ultrapassada classificação do “homossexualismo”, termo que, desde sua etimologia, remete-se a doenças; aos determinismos científicos e à influência genética no comportamento humano; e o desafio docente e a tarefa contemporânea de lidar com a diversidade nos espaços escolares. Conclui-se que a escola é um dos importantes lugares para *ensinar a viver com a diversidade, na diversidade e para a diversidade*, embora isto ainda não seja uma realidade concreta.

**Palavras-chave:** Homossexualidade. Gênero. Sexualidade. Escola.

### Abstract

This is a theoretical approach on the issue of homosexuality. The goal is to build a reflection on the role of the school in the dealings with issues related to gender and sexuality studies. So, we intend to approach the teachers to the topic and thus provide further reflection regarding the homosexual students. We will discuss the concept of homosexuality, addressing issues such as the outdated classification of the concept of “the homosexual” as a term that, since its etymology, refers, according to medical accounts, to diseases; We will also discuss scientific determinism and genetic influence on human behavior; the educational challenge and the contemporary task of dealing with diversity in the schools. We conclude that the school is one of the important places to teach how to live with diversity, in diversity and for diversity, although this is not a reality yet.

**Keywords:** Homosexuality. Gender. Sexuality. School.

---

### MÁRNEI CONSUL

Especialista em Educação para a Diversidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS  
marneiconsul@hotmail.com

### FILIPPI VIEIRA AMORIM

Doutorando em Educação Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande – FURG  
filipi\_amorim@yahoo.com.br

### JÚLIA GUIMARÃES NEVES

Doutoranda em Educação na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.  
juliaaneves@hotmail.com

## Introdução

*Nas violências escolares existe, sob essa forma particular, a crise global do ensino e na crise global do ensino, sob essa forma particular, existe a crise global da civilização.*

(Edgar Morin).

O ponto de partida para a apresentação deste artigo remete-nos ao que o filósofo francês Edgar Morin, citado em epígrafe (Morin, 2015:84), chamou de “manifesto para mudar a educação”. Neste sentido, tratamos de uma temática emergente nesta contemporaneidade, a saber: a discussão sobre gênero e sexualidade desde o chão da escola. Com base em uma discussão teórica, pretendemos provocar novas reflexões para uma possível aproximação dos professores ao tema, sobretudo para que novas posturas sejam adotadas, em nome da valorização das diferenças e da pluralidade existencial que intrinsecamente encontramos nos espaços escolares. Trata-se de uma contraposição à naturalização do preconceito e da violência, sejam físicos ou simbólicos, às diferentes manifestações existenciais da sexualidade humana.

A partir de referenciais teóricos sobre a temática da homossexualidade, apresentamos aos leitores e às leitoras uma reflexão sobre o papel da escola na tratativa de questões atinentes aos estudos de gênero e sexualidade. Aqui, discutiremos o conceito e o significado da homossexualidade, abordando questões como a ultrapassada classificação do “homossexualismo”, termo que, desde sua etimologia, remete a doenças. Também abordaremos a discussão sobre os determinismos científicos e a influência genética no comportamento humano, bem como o desafio docente e a tarefa contemporânea de lidar com a diversidade.

Do ponto de vista da diversidade – em todas as suas facetas –, defendemos a tese de que esta discussão não pode ser deixada de lado na escola, já que esse é um espaço para se viver a diferença, na diferença e com a diferença. Desta forma, é preciso pensarmos sobre a diferença, vivendo-a,

tensionando-a e ressignificando-a. A escola, se compreendida como um espaço que é direito de todos, não poderá abdicar da acolhida sensível ao que vem do outro, tampouco poderá desqualificar ou mascarar a problemática cultural da negação de direitos à diversidade, historicamente exercida sob o julgo do olhar excludente e preconceituoso.

No tocante à evolução do pensamento humano, não há mais justificativas para a negação ou padronização das existências humanas. Assim, todo e qualquer ato educativo, diretamente refletido na formação humana, deve buscar a “autonomia e a liberdade de espírito” (Morin, 2015:51). Isto significa que a escola deve promover a emancipação dos sujeitos no sentido de se compreenderem como seres de possibilidade e de liberdade.

Para fins de introdução, resta-nos dizer que, no decorrer do ensaio, utilizaremos os termos “professor” e “aluno” por mera formalidade, pois compreendemos que estas terminologias não encerram os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem e de aprendizagem-ensino em uma relação vertical – aquela em que poucos são os detentores do conhecimento e da sabedoria e muitos são considerados vazios a serem preenchidos de conhecimentos e saberes –, acreditamos, sim, que professores e alunos experienciam incontáveis trocas de conhecimentos e saberes, tanto nos espaços escolares quanto além destes. Esta justificativa pela escolha semântica tem apenas o objetivo de explicitarmos a recusa pela concepção de educação tradicionalista, ainda que os termos “professor” e “aluno” possam remeter a ela. Nossa perspectiva é a de que ambos, professores e alunos, mesmo que com referências e condicionantes distintos, estão em constante processo de ensino-aprendizagem e aprendizagem-ensino.

## O conceito de homossexualidade

Como sociedade, já tivemos escravos, as mulheres já desempenharam papel de total submissão, pessoas com determinadas doenças foram mortas, só para citar alguns exemplos. Não seria diferente com relação às questões sexuais, em especial, a de pessoas que se sentem atraídas pelo mesmo sexo.

A falta de conhecimento sobre a homossexualidade parece ser grande em nossa sociedade. Na mídia, em grande parte das situações, quando se fala do assunto, ou é de uma forma que visa à desqualificação do homossexual, por meio de piadas e chacotas, ou é com informações imprecisas.

Por muito tempo, a atração de pessoas pelo mesmo sexo foi considerada uma doença. Porém, desde 1973, a homossexualidade deixou de ser classificada como tal pela Associação Americana de Psiquiatria. A Associação Americana de Psicologia adotou o mesmo procedimento em 1975. No Brasil, em 1984, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) posicionou-se contra a discriminação e considerou a homossexualidade como algo não prejudicial à sociedade. Em 1985, a ABP foi seguida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), que deixou de considerar a homossexualidade um desvio sexual e, em 1999, estabeleceu regras para a atuação dos psicólogos em relação às questões de orientação sexual. Em 1990, a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais, a Classificação Internacional de Doenças (CID). Vale lembrarmos que o termo que se usava era “homossexualismo” e o sufixo “ismo” era, e ainda o é em certos casos, usado para palavras associadas a doenças.

Conforme Jimena Furlani (2003), o homossexual passa a existir na história humana a partir do século XIX. “Homossexualismo” (o termo original) é uma palavra híbrida, formada pela fusão de três radicais de origem linguística distintos: 1. do grego, *homo* – igual, semelhante, o mesmo que; 2. do latim, *sexus* – sexo; 3. do latim, *ismo* – próprio de, que tem a natureza de, condição de. O sufixo “ismo”,

ao ser incorporado, reforçou na representação da palavra os pressupostos da época (religioso-moralista, médico-patológico e jurídico-criminal) para os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, algo de natureza anormal, essencialmente patológico, doente, desviante, perverso, pecaminoso (Furlani, 2003).

No tocante à diversidade sexual, apesar de a homossexualidade não ser mais considerada doença pela Associação Psiquiátrica Americana desde a década de 1980 e pela Organização Mundial da Saúde desde os anos 1990, os dicionários insistem na terminologia patologizante para designar as práticas sexuais e afetivas não-heterossexuais, por meio dos vocábulos “homossexualismo”, “lesbianismo” e “bissexualismo”. A menção à superação histórica da perspectiva psicopatológica não é feita quando da introdução desses verbetes, e alguns dicionários dispõem apenas dessas terminologias, em detrimento da noção de homossexualidade (Lionço; Diniz, 2010:55).

Como se nota, a questão homossexual já foi, errônea e preconceituosamente, considerada doença. Graças à ciência e a movimentos sociais, isso não ocorre mais hoje, ou seja, é uma preocupação a menos para gays, lésbicas e transexuais em nossa sociedade. Embora a ciência diga que a homossexualidade não é mais tida como doença, foi a mesma que, no passado, denominou-a como tal (homossexualismo). Então, é preciso prestar atenção ao que se faz necessário (decisões, estudos, etc.) para modificar certas concepções sociais, como a do preconceito contra homossexuais.

Jeffrey Weeks (1999), no ensaio denominado “Corpo e sexualidade”, traz a expressão “construcionismo social”, utilizada para descrever a abordagem historicamente orientada relativa aos corpos e à sexualidade. A expressão simplesmente visa argumentar que só é possível compreender as atitudes em relação ao corpo e à sexualidade no correspondente contexto histórico, explorando as condições que dão origem à importância da sexualidade em dado momento, compreendendo “as diversas relações de

poder que modelam o que vem a ser visto como um comportamento normal ou anormal; aceitável ou inaceitável” (Weeks, 1999: 29).

Por sua vez, a forma mais radical da teoria construcionista parece que:

[...] está disposta a considerar a ideia de que não há nenhum impulso sexual, “energia sexual” ou “desejo” essencial — indiferenciados — que residam no corpo e que possam ser simplesmente atribuídos ao funcionamento e à sensação fisiológica. O próprio impulso sexual é construído pela cultura e pela história (Weeks, 1999: 33).

Mesmo com conceitos trazidos pela ciência e por teóricos da área, muitas pessoas ainda se referem ao tema da sexualidade com a utilização de termos como “opção sexual”, sendo que o termo mais apropriado seria “orientação sexual”, especialmente, considerando os aspectos da própria influência social, cultural e histórica aduzidos por Weeks (1999). Nesse sentido, cabe destacar que:

Nossas definições, convenções, crenças, identidade e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder (Weeks, 1999: 28).

Quanto aos aspectos legais, segundo Luiz Mott (2009: 03), “[...] a livre orientação sexual dos jovens e adolescentes é um direito humano fundamental garantido pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelos principais documentos internacionais de Direitos Humanos”. Ao mesmo tempo, especificamente quanto ao conceito de homossexual, Lisete Corrêa (2003: 23) assim preconiza: “Refere-se ao adjetivo dos sujeitos que sentem desejo por pessoas do mesmo sexo. Independente de como estes ou a sociedade os concebe ou percebe”. Então, como se viu, ser homossexual não é uma doença, nem uma opção. Entretanto, o que podemos falar geneticamente sobre a homossexualidade? O que a

ciência explica sobre o assunto que o torna “natural”?

Conforme dados disponíveis, no site do médico Dráuzio Varella (2014, s/p):

[...] os defensores da origem genética da homossexualidade usam como argumento os trabalhos que encontraram concentração mais alta de homossexuais em determinadas famílias e os que mostraram maior prevalência de homossexualidade em irmãos gêmeos univitelinos criados por famílias diferentes sem nenhum contato pessoal.

Mais tarde, com os avanços dos métodos de neuro-imagem, alguns autores procuraram diferenças na morfologia do cérebro que explicassem o comportamento homossexual.

Os que defendem a influência do meio têm ojeriza aos argumentos genéticos. Para eles, o comportamento humano é de tal complexidade que fica ridículo limitá-lo à bioquímica da expressão de meia dúzia de genes. Como negar que a figura excessivamente protetora da mãe, aliada à do pai pusilânime, seja comum a muitos homens homossexuais? Ou que uma ligação forte com o pai tenha influência na definição da sexualidade da filha?

Sinceramente, acho essa discussão antiquada. Tão inútil insistirmos nela como discutir se a música que escutamos ao longe vem do piano ou do pianista.

A propriedade mais importante do sistema nervoso central é sua plasticidade. De nossos pais herdamos o formato da rede de neurônios que trouxemos ao mundo. No decorrer da vida, entretanto, os sucessivos impactos do ambiente provocaram tamanha alteração plástica na arquitetura dessa rede primitiva que ela se tornou absolutamente irreconhecível e original.

Didaticamente, Varella (2014, s/p) afirma que cada ser é um experimento único resultante da interação entre arquitetura neuronal herdada geneticamente e a experiência de vida. Ele exemplifica com a existência de irmãos geneticamente iguais, para os quais é impossível evitar diferenças dos estímulos modeladores da estrutura dos seus sistemas nervosos. Do mesmo modo, ainda que o oposto fosse possível (aplicar estímulos ambientais iguais para dois recém-nascidos diferentes), nunca teríamos duas pessoas iguais devido às diferenças na composição neuronal.

Por isso, é impossível existirem dois habitantes na Terra com a mesma forma de agir e de pensar. Ele complementa afirmando que “em contraposição ao comportamento adotado em sociedade, a sexualidade humana não é questão de opção individual, como muitos gostariam que fosse, ela simplesmente se impõe a cada um de nós” (Varella, 2014, s/p).

Há autores que dizem que atribuir a homossexualidade a determinismos científicos não basta e não é correto. É o caso de Alípio de Souza Filho. Em texto feito para divulgação pelo Ministério da Educação, em 2009, tal autor revela que, devido a uma longa memória de colonização pelo preconceito, pensar que existem causas específicas que produziriam a homossexualidade, estigmatizada como um desvio, tornou-se uma ideia que está na cabeça da maioria, mesmo, às vezes, no pensamento daqueles que se creem sem preconceitos.

Quando não manifesto, permanece latente no imaginário social a crença de que um homem ou uma mulher, cuja identidade sexual é a de homossexual, é alguém que, no seu desenvolvimento sexual, carrega algo que se constitui fundamento de uma variação não conforme à tendência sexual majoritária (Souza Filho, 2009: 104).

#### O autor vai adiante:

Já se falou de comparecimento de algum gene (ou grupo de genes) no zigoto do indivíduo, levando-o a apresentar um traço correspondente de comportamento sexual, sem relação com o ambiente (relações sociais, padrões culturais) no qual se desenvolve. Já se atribuiu aos hormônios funções determinantes na orientação sexual: testosterona, progesterona e estrógenos concorreriam para definir as tendências sexuais dos indivíduos. Homens homossexuais seriam “feminilizados” e mulheres homossexuais seriam “masculinizadas” pelos hormônios, estes conformando suas tendências sexuais. Por fim, mais recentemente, seguidores das ciências que estudam o cérebro acreditam que os genes, alterando a estrutura cerebral, gerariam a orientação sexual correspondente (Souza Filho, 2009: 110).

Como se vê, os escritos de tal autor vão ao encontro daquilo que expusemos anteriormente, não se pode atribuir a homossexualidade a genes, tampouco a cargas genéticas enviados ao feto. A crítica e o alerta, feitos por Souza Filho (2009), remetem-nos ao anúncio de que não opera na condição humana a unilateralidade da determinação biológica manifestada pela carga genética dos indivíduos.

Como tem demonstrado o discurso científico, o determinismo biológico é uma redução de processos e realidades (até biológicas), em termos de uma natureza humana biológica fixa, “que não podem ser compreendidos se não se consideram suas relações com práticas culturais, históricas e sociais, que são dinâmicas e diversas” (Souza Filho, 2009: 111).

Souza Filho (2009: 113) retoma a questão da orientação sexual com a seguinte exposição:

Constituída de prazeres, sensações, fantasias, imaginação, práticas eróticas etc., a orientação sexual é construída nos embates subjetivos e sociais, produzidos nas interações, a partir de padrões culturais, relações de poder, ideias sociais, configurando-se como um fenômeno individual tanto quanto coletivo.

Aqui, as ideias do autor corroboram o escrito anteriormente sobre o desejo sexual. Aliás, ele relaciona orientação sexual e homossexualidade, dizendo que, definida em termos de orientação ou expressão sexual, a homossexualidade não é uma opção que depende da vontade do indivíduo, como uma deliberação consciente. Ademais, prossegue o autor sobre a sexualidade:

[...] não é algo da ordem de uma causa específica [...]. Se há que se falar de causa, a causa da homossexualidade é a mesma de toda orientação/expressão sexual, a mesma da sexualidade humana como tal: a pulsão sexual sobre a qual se estrutura o desejo (Souza Filho, 2009: 114).

Sendo assim, percebemos que delegar a “existência” de homossexualidade a alguma causa genética, ambiental ou cultura não é o principal:

Não estamos preocupados com a questão do que causa a homossexualidade ou a homossexualidade nos indivíduos, mas, ao invés disso, com o problema de por que e como nossa cultura privilegia uma e marginaliza — quando não discrimina — a outra. O construcionismo social também coloca outra questão central: por que nossa cultura atribui tanta importância à sexualidade e como isso veio a acontecer? (Weeks, 1999: 34).

De qualquer forma, o importante é que, nos dias atuais, a homossexualidade tem sido debatida fortemente. Isso é positivo, pois traz à tona um assunto tido como tabu, que prejudica pessoas que, por inúmeros impasses, têm suas vidas repletas de preconceito, ignorância e frustrações. Um ponto a ressaltar é que, se, entre os estudiosos, o tema não encontra consenso, o que se dirá de professores que, em várias situações, têm formação apenas para lidar com os conteúdos de sua disciplina? Por isso, é importante a busca de aperfeiçoamento para tratar assuntos tidos como polêmicos, neste caso, como o agir em relação à homossexualidade na escola. Isso será abordado adiante neste estudo.

### O preconceito contra alunos homossexuais

Mesmo a ciência afirmando que a homossexualidade não se trata de doença, tampouco de opção, muitas pessoas repudiam veementemente os homossexuais, praticando atos que vão desde agressões verbais até agressões físicas que, muitas vezes, levam à morte.

Fazendo uma espécie de retomada histórica, ocorreram períodos na antiguidade em que a homossexualidade foi, com certas ressalvas, aceita como natural.

A maior expressão de liberdade sexual na antiguidade encontra-se na Grécia. A sociedade grega, apesar de patriarcal e de casamento monogâmico, via a homossexualidade como natural e valorizada entre os homens, tendo estes a possibilidade de se relacionar sexualmente com os dois

sexos [...] Todavia, a homossexualidade lícita baseava-se somente no envolvimento de um homem adulto com um jovem, pois o sexo entre dois homens adultos era algo repudiado (Silva; Bornia, 2009: 37).

Segundo as mesmas autoras, também na Roma antiga, a homossexualidade se mostrava corriqueira, mas com uma ressalva: não se admitia que um senhor fizesse o papel de passivo; geralmente, um escravo era o passivo na relação sexual.

A situação muda na Idade Média, marcada pela soberania da fé cristã:

A tolerância e a liberdade sexual que outrora eram patentes são comutadas na gênese da perseguição e opressão contra as pessoas não-homossexuais. O prazer sexual passa a ser associado ao pecado juntamente com a introdução da cultura exclusivamente heterossexista, difusão de rígidos preceitos de decência e a separação entre o sexo moralmente aceito e o “sexo impuro”; enfim, origina-se um sistema sectário (Silva; Bornia, 2009: 38).

As ideias homofóbicas tiveram muita evidência durante o período em que ocorreu a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), no qual os homossexuais sofreram perseguições, sendo até torturados e mortos em centros e campos de concentração (Silva; Bornia, 2009).

Ademais, as autoras relatam que, com o surgimento da AIDS, na década de 1980, houve ligação da doença com os homossexuais, aumentando o preconceito, inclusive relacionando a doença, no âmbito religioso, a uma punição divina. A partir daí, surgem movimentos de homossexuais, especialmente com passeatas, na tentativa de afirmação perante a sociedade, buscando reduzir a discriminação e buscar a igualdade de direitos.

O homossexual, muitas vezes, vive em clandestinidade, não podendo vivenciar publicamente sua orientação do desejo sexual, pois está sujeito à punição de outrem. A Anistia Internacional registrou, já em 28 de junho de 2004, que existem 70 países que

perseguem homossexuais e transexuais com base em suas legislações. A esses, somamos Uganda que, recentemente, esteve na mídia com cenas de gays sendo queimados em frente a crianças.

Posto isso, podemos adotar o seguinte conceito para o que seja homofobia:

Hodiernamente, a discriminação por orientação sexual inclui todo e qualquer ato preconceituoso físico ou psicológico que atente contra a dignidade dos indivíduos homossexuais, sendo as condutas homofóbicas compreendidas por ultrajes, galhofas, a discriminação no ambiente familiar e escolar com ações intimidatórias e vexatórias, no exército, nas igrejas, a discriminação por entidades públicas, ameaças, o tratamento humilhante pelos meios de comunicação, a discriminação no acesso ao trabalho, em estabelecimentos comerciais em geral, chegando à tortura, às agressões e, finalmente, aos homicídios, como resultado do preconceito. (Silva; Bornia, 2009: 36-37).

Ademais, aqui cabe retomar os escritos de Weeks (1999: 32):

Finalmente, a emergência de uma nova política acerca da sexualidade — exemplificada pelo feminismo, pelas políticas gay e lésbica e por outros movimentos sexuais radicais — tem questionado muitas das certezas de nossas tradições sexuais, oferecendo novas compreensões sobre as intrincadas formas de poder e dominação que modelam nossas vidas sexuais. Por que a dominação masculina é tão endêmica na cultura? Por que a sexualidade feminina é vista tão frequentemente como subsidiária da sexualidade do homem? Por que nossa cultura celebra a heterossexualidade e discrimina a homossexualidade?

A homofobia pode ocorrer nos diversos segmentos sociais, inclusive, na escola. Nela, alunos podem tornar-se homofóbicos devido ao meio em que vivem, reproduzindo a repulsa de seus pais, por exemplo, ou ainda pela sociedade afora. Um aluno homossexual pode levar uma vida escolar traumática e conviver, por anos, com o preconceito contra si mesmo

por conta da dimensão psíquica que a homofobia alcança. A questão é assumir que a escola é um dos primeiros lugares sociais que passamos a ocupar e que se diferencia da nossa casa. É naquele espaço que as pessoas passam a conviver com as diferenças e é, nele também, que se reconhecem como diferentes, com a enorme necessidade e obrigação de serem aceitas e de estabelecerem uma homogeneidade, por compreenderem que a aceitação pelo outro teria a ver com igualdade. Em outras palavras, escola tem a ver com identidade, igualdade e diferença ao mesmo tempo.

Para exemplificar essa questão, Vanessa Santos (2012) conta-nos que a escola é a primeira vida social da criança e do adolescente, é o lugar onde aprendemos a história da nossa e de outras sociedades, lógica e línguas, política e diversos outros assuntos.

Se os corpos, a sexualidade, os sujeitos, as representações, os padrões culturais, as relações humanas, as subjetividades e as configurações identitárias não constituem realidades imutáveis, mas construções dinâmicas, há espaço (ou brechas) para a crítica, a reflexão e a reconsideração permanente do trabalho dos indivíduos e da sociedade sobre si mesmos. Reside aí uma das responsabilidades de quem povoa e anima o universo da educação, produzindo informações e conhecimentos (Junqueira, 2010: 185).

Os docentes precisam saber que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares Nacionais apresentam a temática “sexualidade” como um tema transversal, que necessita ser dialogado em diferentes áreas do saber.

Mas, mesmo com orientações pedagógicas, percebe-se que, em várias escolas, isso ainda é tido como um tabu, como se a sexualidade, inerente às formas e aos modos de ser e viver do humano, devesse ser pensada exclusivamente do lado de fora da escola, quando na verdade a contemporaneidade nos mostra o contrário: a sexualidade, como dimensão ontológica e, por isto, inseparável do humano, ocorre dentro e fora dos espaços escolares.

Assim sendo, o preconceito e a desinformação aparecem bastante acentuados nos jovens. A gestão escolar, em geral, finge não perceber tal situação para não participar de conflitos. Nas escolas particulares, a situação pode ser mais agravada, pela exigência de uma imagem com intuito de agradar aos pais, o que pode culminar em indiferença, para não serem rotuladas de disseminadoras de homossexualidade (Santos, 2012).

De modo geral, os alunos demonstram dificuldade para tratar deste assunto. De um lado, não querem se expor; de outro, não encontram amparo nos professores e na direção. Santos (2012) coloca que docentes e direção ainda não estão preparados para lidar com a homossexualidade na escola. Por outro lado, há algumas boas iniciativas (relatadas em seu artigo), nas quais os agentes da educação tomaram partido e trataram a homossexualidade como algo, ao mesmo tempo, comum e necessário se discutir. Tal atitude demonstra uma mudança social gradativa e lenta, no sentido de uma abertura para assuntos do gênero, porém, a questão ainda tem um longo e incerto caminho a trilhar.

Klecius Borges (2008) relata que adultos podem possuir lembranças dolorosas por não estarem em conformidade com o papel de gênero esperado pela sociedade quando estudantes. Segundo o psicólogo, essa não conformidade se expressa (no caso masculino) “por meio de trejeitos femininos, maior sensibilidade que a média dos meninos, preferência por brincadeiras menos violentas, maior afinidade com as meninas, interesse por atividades artísticas” (Borges, 2008: 137), entre outras. O autor nos conta também que, na pré-adolescência e na adolescência, os abusos tornam-se específicos, já que se baseiam “na sexualidade demonstrada ou percebida e tendem a envolver o uso de nomes e a exclusão social” (Borges, 2008: 137).

Borges (2008) diz que há grande probabilidade dos indivíduos, quando adultos, desenvolverem depressão, ansiedade, insegurança, baixa autoestima e, até mesmo, algum grau de fobia a adolescentes. E mesmo que essas pessoas consigam superar as

experiências ruins vividas na época escolar, seja no sentido encontrarem-se emocionalmente saudáveis ou profissionalmente bem-sucedidos, as recordações da infância e/ou adolescência poderão manter-se e guardar-se dolorosamente no baú das experiências vividas (Borges, 2008).

Por isso, tocante aos escritos de Borges (2008), uma questão significativa é a de como professores e escolas lidam com o problema do preconceito contra homossexuais. Se não estiverem bem preparados, poderão contribuir para a presença do preconceito, sofrimento e até mesmo algum tipo de distúrbio psicológico na vida dos alunos – e, neste caso, não nos referimos apenas à questão da homossexualidade.

Ao mesmo tempo, não significa dizer que, no tocante à homossexualidade, a solução à complexidade da temática esteja nas mãos, única e exclusivamente, da escola e dos docentes, mas há de se reconhecer que, no ambiente escolar, alguns desafios sociais – sejam econômicos, políticos, culturais, etc. – apresentam-se latentes. Portanto, cabe ao docente, nesse caso específico, descortinar as múltiplas faces e formas da existência humana, com o intuito de transformação das concepções hegemônicas que mantêm o preconceito e a exclusão dos grupos oprimidos, sejam eles quais forem.

Seja como for, a homofobia é uma prática terrível que prejudica muitas pessoas. É tão agressiva quanto o racismo. Tendo em vista as ocorrências recentes (como mortes de homossexuais em saídas de festas, agressões diversas, físicas e não-físicas), essa é uma questão a ser debatida, já que não se pode tolerar mortes devido à orientação sexual.

Frente a alunos homossexuais e à prática da homofobia, como o professor deve agir? Afinal:

[...] a promoção da igualdade como princípio ético para uma sociedade justa deve primar pelo reconhecimento e respeito à diversidade de valores e comportamentos relativos à sexualidade em suas diferentes formas de expressão. Essa diversidade sexual, no entanto, precisa ser afirmada nos termos de uma ética democrática, não sendo conivente com atos abusivos e de opressão, que qualificam

práticas sexuais contrárias ao ordenamento legal, tais como a pedofilia, o estupro, etc. Afirmar a diversidade sexual não quer dizer privar o campo da vivência da sexualidade da necessidade de impor limites. Trata-se de questionar a hegemonia de um modo único de vivenciar a relação amorosa, a fim de que as pessoas tenham assegurados os direitos à dignidade, à liberdade e à autonomia também em suas formas de se relacionar sexual e amorosamente, bem como de expressar a feminilidade e a masculinidade, independente de corresponderem ou não aos estereótipos sociais construídos histórica e culturalmente (Lionço; Diniz, 2010: 12).

De fato, o aluno homossexual é um cidadão e merece tratamento igual ao de qualquer cidadão. Como já vimos antes, o aluno não escolhe ser homossexual. Cabe a professores e direções esclarecerem-se sobre o assunto e melhorarem suas práticas educacionais. A escola é local de igualdade, mas essa igualdade, obviamente, passa pela desigualdade, na tarefa de igualar o diferente.

### **Entre a inércia e as ações possíveis**

Podemos especular que tanto a evasão escolar quanto a repetência podem ser agravadas por causa da falta de respeito à diferença do aluno. Preconceito contra homossexuais é comum em escolas. Neste sentido, como o professor deve se portar frente a isso?

Luciano Freitas Filho (2009) nos diz que o docente pode possuir um discurso homofóbico implícito, velado. Para ele, no campo do preconceito, o silêncio é eloquente. O autor evidencia que existem casos em que os professores fazem uso do discurso “politicamente correto” sem que este reflita a sua verdadeira concepção. Nesses casos, o que seria uma fonte de combate ao preconceito acaba por reforçá-lo, pois não evidencia uma prática verdadeira.

Para Freitas Filho (2009), os professores têm medo em relação a determinadas partes da comunidade escolar, como gestores, igrejas e pais. Há uma lacuna na formação inicial e continuada do professor no tocante à temática da diversidade

sexual, enquanto sujeitos atuantes no processo de ensino-aprendizagem. Ao fim e ao cabo, o preconceito contra homossexuais ocorre na escola muito mais pela incapacidade de atuação dos profissionais da instituição do que pela homofobia propriamente dita (Freitas Filho, 2009). Assim, seguidamente, o docente, em sala de aula, depara-se com uma situação que ele não tem – em sua formação – modos de combater; desta forma, frente a estas determinadas situações, acaba por se calar ou fingi não ver que existe, não levando em conta outra dimensão da educação.

[...] a educação é uma ferramenta política emancipatória, que deve superar processos discriminatórios socialmente instaurados, a fim de transformar a realidade pela reafirmação da ética democrática. Nesse sentido, a escola é um espaço de socialização para a diversidade (Lionço; Diniz, 2010: 09).

Assim, como fazer para preservar os alunos do sofrimento do preconceito? Freitas Filho (2009) diz que é preciso que haja uma política de Estado que direcione a uma formação em direitos humanos do estudante de educação, com atenção especial à diversidade sexual. É necessário assumir que a formação de professores não deve estar restrita ao ensino das disciplinas básicas. Isto é, não basta que o professor tenha domínio do conteúdo técnico do conhecimento, há que se trabalhar, no processo de formação de professores, com a dimensão da educação e da formação em direitos humanos para o enfrentamento, entre outros, da homofobia (Freitas Filho, 2009). Deve-se mostrar ao docente (que se entende como educador e assume esse papel profissionalmente) que ele também deve perceber sua condição de defensor e difusor de direitos.

Para Vanessa Santos (2012), o século XXI deu abertura para novos tipos de relacionamentos expostos, considerando que já existiam antes, porém não eram regulamentados em lei. Um bom exemplo são as uniões homoafetivas que vêm tomando espaço na sociedade.

Por isso, “as escolas precisam se adequar a estas questões dando subsídio ao aluno para que possa pensar o mundo contemporâneo. Somente assim, a homossexualidade, futuramente, poderá ser olhada por todos como algo não repugnante” (Santos, 2012: 02).

A autora afirma que, ainda hoje, o sexo é tratado como algo distante do aluno; o aparelho sexual é mostrado – ainda hoje – como máquina de reprodução, tendo o sexo a finalidade da procriação.

O sexo como prazer é raramente comentado e a escola não se permite entrar no mérito da questão porque o senso comum julga isto como promoção de má influência ao aluno. Desta maneira, “muito se questiona a causa da homossexualidade, porém não se tem explicação plausível ainda para esta orientação, por razões biológicas, genéticas, psicológicas e sociais, todas as respostas já encontradas até hoje não podem ser consideradas como verdades absolutas” (Santos, 2012: 13). Segundo a autora, as causas da homossexualidade são as mesmas da heterossexualidade, já que, entre os humanos, não é o instinto que determina a atração sexual, mas a preferência individual. Sabe-se, então, que não é uma opção.

Outro autor que fala sobre a definição da homossexualidade e como lidar com ela na escola é Luiz Mott. Ele revela que muitos educadores e pais costumam repetir acriticamente que o sexo foi criado por Deus somente para garantir a perpetuação da espécie e que “as ‘ousadias’ decorrentes da famigerada revolução sexual dos anos 1970 foram culpadas pela crise pela qual passa a família tradicional e pelo surgimento da terrível epidemia do século XX: a AIDS” (Mott, 2009: 02). O mesmo autor afirma:

[...] simplesmente, a criança ou o jovem começa a sentir atração afetiva e/ou sexual por pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto, ou pelos dois sexos. Há certo consenso entre os estudiosos da psicologia infantil em situar entre os 5 e 6 anos a idade onde começa a se definir nossa orientação sexual (e se fosse possível isolar um grupo de crianças de qualquer mensagem modeladora de seu papel de gênero, provavelmente haveria um número

equilibrado de homos, heteros e bissexuais (Mott, 2009: 03).

Além disso, Mott (2009) preconiza que o Estatuto da Criança e do Adolescente permite uma leitura mais humanitária e menos homofóbica, podendo tornar-se instrumento legal na defesa da livre orientação sexual dos jovens. O autor afirma que pretender curar um jovem gay ou adolescente lésbica fere um direito humano fundamental: a livre orientação sexual. “Se a homossexualidade não é doença ou crime, por que impedir aos jovens homossexuais o livre exercício de sua identidade existencial?” (Mott, 2009: 05).

Muitos educadores costumam colocar esta questão: “Tenho um aluno homossexual na sala de aula, como devo agir?”. Neste sentido, o autor ora citado aponta algumas posturas a serem tomadas. A primeira atitude é não se surpreender, nem fazer escândalo, afinal de contas, na história da humanidade o homoerotismo sempre existiu; a segunda – mais inteligente e respeitadora dos direitos humanos – é oferecer apoio no caso de perceber que o/a aluno/a demonstra necessitar deste tipo de atenção.

Geralmente, tais jovens vivenciam intensos conflitos pessoais e sociais, já que costumam ser rejeitados pela família e pelos colegas. Em terceiro lugar, professores e familiares devem proteger sempre o jovem homossexual contra agressões físicas e verbais. Abusos e tratamento violento devem ser denunciados e punidos. A livre orientação sexual dos jovens é também um direito humano fundamental. Por fim, é interessante que pais e educadores conheçam os endereços de entidades e organizações gays que possam servir de apoio na definição da orientação sexual dos jovens. O adolescente – inquieto com sua homossexualidade – prefere, frequentemente, conversar com pessoas de fora de seu meio; se não tiver apoio confiável e responsável, poderá optar por experiências em lugares anônimos, perigosos e marginais.

Mesmo diante de tudo que foi exposto, ainda fica a insegurança: como trabalhar a sexualidade (especialmente, a homossexualidade) na escola? Fernando Seffner e Roseli Silva (2013: 64-65) contam que a escola foi vista, por muito tempo, como um lugar no qual questões de gênero e, principalmente, de sexualidade estavam praticamente ausentes.

Em suas palavras:

[...] hoje em dia, a escola é local de expressão de diversidade de gênero, a saber, ali estão presentes muitos modos diferentes de ser menino ou menina, que anunciam trajetórias de vida distintas. E também temos forte expressão da diversidade sexual na escola, em especial, por conta da presença explícita e assumida de alunos gays e alunas lésbicas e, em muitas escolas, a presença de travestis e transexuais estudando.

Se isso ocorre, como o professor ficará à margem? Fechará os olhos e limitar-se-á a abordar o conteúdo programático de sua disciplina?

[...] a escola tem um comprometimento, nem sempre “tácito”, de assegurar as normas heterossexuais, vide vários exemplos veiculados sobre posturas e encaminhamentos tomados por algumas pessoas integrantes da comunidade escolar, frente a situações que remetem a questões concernentes às sexualidades alternativas às normas. Isso pode ser exemplificado, a título didático, em frases quase repetidas à exaustão: é um tema difícil, não estamos preparados para abordá-lo; não é fácil derrubar preconceitos; os pais não desejam que se trabalhem temas sobre homossexualidade, entre outros (Seffner e Silva, 2013: 70).

São muitos os empecilhos, os preconceitos; porém, temas como a sexualidade precisam ser abordados, até para que os alunos tenham posicionamento sobre eles. Ocorre que a escola – assim como outras instituições – faz parte de um mundo tradicional e culturalmente heterossexual. Para Seffner e Silva (2013), “a organização do espaço escolar é pensada sempre para meninos heterossexuais

e meninas heterossexuais. Dessa forma, mesmo que não ocorram atitudes claramente discriminatórias na escola, sua própria organização dificulta a aceitação da diferença” (Seffner e Silva, 2013: 73).

[...] vivemos em uma sociedade onde todos estão sujeitos à chamada heterossexualidade compulsória. Em outras palavras, um conjunto enorme de fatores, desde crenças religiosas até afirmações do senso comum, mostra que a felicidade só pode ser alcançada por indivíduos heterossexuais (Seffner e Silva, 2013: 74).

Por isso mesmo, continuam os autores:

[...] a escola pública brasileira precisa tomar para si parte da tarefa de discutir este tema, porque hoje em dia, dentro dela, estudam e trabalham cada vez mais meninos e meninas, homens e mulheres, que apresentam uma diversidade de performances de gênero e sexualidade. A abordagem destes temas precisa ser feita em conexão com um universo mais amplo de valores políticos e culturais (Seffner e Silva, 2013: 74-75).

Assim, ressalta-se o essencial papel do professor, o qual pode se tornar um “adulto referência”, ou seja, o que Seffner e Silva (2013) entendem como um sujeito que tem como missão acompanhar jovens nesta etapa de formação. Da mesma forma que Mott (2009) propõe ações nas escolas, Seffner e Silva (2013) também o fazem na tentativa de ajudar/motivar o docente a lidar com assuntos tidos como polêmicos.

[...] ações e programas nas escolas visando a combater as discriminações por gênero e orientação sexual precisam ser planejadas com antecedência [...] Em geral, as escolas agem quando ocorrem situações de discriminação [...]. [...] sempre que possível, o projeto político pedagógico da escola, bem como o regimento devem ter alguns itens dedicados ao compromisso da escola para com os direitos humanos e a preocupação da escola com os programas de combate à discriminação (Seffner e Silva, 2013: 212).

Seguindo as indicações, os autores aceitam que “ninguém deva ser obrigado a tratar destes temas, mas a escola precisa ter um programa de formação e de acompanhamento, escolhendo aqueles docentes que se mostram mais receptivos” (Seffner e Silva, 2013: 213). E, por fim, os professores precisam estar atentos “para denunciar as situações de discriminação, encaminhando para a equipe encarregada deste trabalho, não permitindo que as situações aconteçam e sejam esquecidas ou acobertadas, gerando evasão dos alunos prejudicados” (Seffner e Silva, 2013: 213).

Como se conclui, não são ações impossíveis de serem realizadas. Pelo contrário, são propostas, atitudes, concepções e posicionamentos simples que, no dia a dia escolar, acabam não ocorrendo devido, talvez, às inúmeras atribuições dadas aos educadores.

Entretanto, se colocadas em prática, tornam-se dispositivos que melhorariam o convívio na escola e seriam motivadoras de outras relações sociais.

### Considerações finais

A partir do estudo ora realizado, fica evidente, com base nas teorias apresentadas, que a homossexualidade não é uma doença, tampouco uma opção sexual, mas uma orientação sexual que, conforme os autores supracitados, não pode ser atribuída especificamente a cargas genéticas, meio ambiente, fatores sociais ou culturais, porém, determinada pela existência e nas interações, sendo um fenômeno tanto individual quanto coletivo.

Todavia, há algum tempo, a questão homossexual foi considerada como doença, mas, graças à ciência (que, no passado, fez o caminho inverso) e, com especial menção, aos movimentos e às lutas sociais, isso já não ocorre hodiernamente.

Com base nos autores citados, bem como na experiência docente, é possível perceber que muitos professores não sabem como lidar com a questão homossexual na escola, confundindo-a, inicialmente, com “opção” e, depois, calando-se frente a ocorrências perturbadoras (como as que envolvem preconceito e discriminação). As escolas, seja por desconhecimento

por parte do corpo docente e pedagógico, ou por omissão, parecem não interferir no sentido de tratar a temática de forma a, pelo menos, minimizar os preconceitos e suas consequências.

Considerando a falta de conhecimento para abordar o tema, faz-se necessária a preparação dos profissionais da educação, a fim de que tenham condições de enfrentar adequadamente as diversas situações que surgem no contexto escolar. Com isso, quiçá, possamos criar um ambiente mais saudável para alunos homossexuais, que não mais tenham que se esconder e que possam, de fato, ser quem realmente são, ser compreendidos como homossexuais, agindo normalmente frente à sociedade.

### Referências

BORGES, Klecius. *Desiguais*. Porto Alegre: Fábrica de Leitura, 2008.

CORRÊA, Lisete Bertotto. *A exclusão branda do homossexual no ambiente escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2003. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/3665> Acesso em: 14 abr. 2014.

FREITAS FILHO, Luciano Carlos Mendes de. *As rosas por trás dos espinhos: discursos e sentidos na formação de professores em face do debate da homofobia*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. 2009. Disponível em: [http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3964/arquivo205\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3964/arquivo205_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y) Acesso em: 05 abr. 2014.

FURLANI, Jimena. *Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Orgs.). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Ministério da Saúde: Brasil, 2010. Disponível em: [http://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/homofobia\\_e\\_educacao.pdf](http://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/homofobia_e_educacao.pdf) Acesso em: 14 abr. 2014.
- LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Orgs.). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Ministério da Saúde: Brasil, 2010. Disponível em: [http://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/homofobia\\_e\\_educacao.pdf](http://www.cepac.org.br/blog/wp-content/uploads/2011/07/homofobia_e_educacao.pdf) Acesso em: 14 abr. 2014.
- LONGARAY, Deise Azevedo; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Problematizando os discursos científicos sobre a homossexualidade. In: *VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. 2008. Disponível em: <http://www.foco.fae.ufmg.br/pdfs/886.pdf> Acesso em: 6 jan. 2014.
- MORIN, Edgar. *Ensinar a viver: Manifesto para mudar a educação*. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MOTT, Luiz. *O/A jovem homossexual na escola: noções básicas de direitos humanos para professores/as da educação básica*. No prelo 2009. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/educar/textos/mott\\_jovem\\_homossexual\\_sala\\_aula.pdf](http://www.dhnet.org.br/educar/textos/mott_jovem_homossexual_sala_aula.pdf) Acesso em: 10 jan. 2014.
- SANTOS, Vanessa dos. Homossexualidade no âmbito escolar. *Rev. Lenpes-Pibid*. nº. 2, vol. 1, jul-dez. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/VANESSA%20SANTOS-%20ORIENT.%20CESAR.pdf> Acesso em: 9 jan. 2014.
- SEFFNER, Fernando; SILVA, Rosimeri Aquino da. A norma é para a gente cumprir ou para a gente transgredir? O complicado equilíbrio das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos (orgs.). *Diversidade cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdade na educação*. Erechim: Novello & Carbonelli, 2013.
- SEFFNER, Fernando; SILVA, Rosimeri Aquino da. Cenas, intervenção nas cenas e encenação: malabarismos na educação em gênero e sexualidade nas escolas. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luiz Carlos (orgs.). *Diversidade cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdade na educação*. Erechim: Novello & Carbonelli, 2013.
- SILVA, Renata; BORNIA, Josiane Pilau. Homofobia: a discriminação por orientação sexual e a legislação penal brasileira. *Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v. 14, n.1, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revcesumar/article/viewFile/1040/768> Acesso em: 14 abr. 2014.
- SOUZA FILHO, Alípio de. Teorias sobre a gênese da homossexualidade: ideologia, preconceito e fraude. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- VARELLA, Dráuzio. *Causas da homossexualidade*. Disponível em: <http://drauziovarella.com.br/sexualidade/causas-da-homossexualidade/> Acesso em: 14 abr. 2014.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

**Artigo recebido: 6/6/2016**

**Artigo Aceito: 1/7/2016**